

Milton Reis: Reforma agrária vai à lei ordinária

02 ABR 1969

Longe das articulações políticas, sem atender telefones e com a agenda propositalmente livre, o Secretário Geral do PMDB, Deputado Milton Reis (MG), descansa durante a páscoa em seu apartamento no Rio com a certeza de que os dois principais pontos polêmicos do Título da Ordem Econômica — reforma agrária e definição de empresa nacional — serão definidos consensualmente. Ganha corpo, assegura Milton Reis, a proposta encaminhada pelos setores liberais do partido, segundo a qual a definição de empresa nacional e do caráter social da terra será transferida à legislação complementar.

— Todos concordam ser esta a maneira mais sensata de tratar a questão. Afinal, precisamos votar a Constituição e o debate sobre estes pontos poderia paralisar os trabalhos até por 10 dias. O acordo está próximo — comemora Milton Reis.

A proposta defendida pelo Secretário Geral do PMDB estabelece que o pagamento de áreas desapropriadas para assentamento será realizado com títulos da dívida agrária. A definição dos tamanhos dos módulos de desapropriação — variável em função da região onde se localiza a área — seria também atribuição de lei complementar.

De acordo com Milton Reis, o esvaziamento do plenário da Constituinte deve ser debitado, em parte, ao malogro de uma negociação conduzida por ele, os Presidentes do PDS, Jarbas Passarinho; do PFL, Marco Maciel; o Líder do PT, José Genuíno e o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães. Há 10 dias, o grupo teria tentado dissuadir Ulysses



Milton Reis aposta no consenso

ses Guimarães da decisão de pôr em votação a emenda do Deputado Eduardo Bonfim (PCdoB-AL), a qual prevê a redução do número mínimo para aprovação do voto de censura aos Ministros de Estado. Pela emenda presidencialista do Senador Humberto Lucena, já aprovada, são necessários dois terços da Câmara federal para ser aprovada a censura. Já a proposta de Bonfim reduz esta exigência à maioria simples, o que facilitaria a destituição de qualquer Ministro. Ulysses teria dito que, por imposição regimental, colocaria a emenda em votação. Temerosos de que a pequena presença de Constituintes — cerca de 330 — pudesse contribuir para a aprovação da proposta de Eduardo Bonfim, eles teriam acertado um proposital esvaziamento a fim de quem não houvesse

quorum.

— A aprovação desta emenda seria perigosa. É muito fácil obter maioria simples. Isto não contribuiria para a democracia — adverte.

As defecções na bancada federal do PMDB não chegam a preocupar Milton Reis. Com base eleitoral em Minas, onde oito Constituintes abandonaram a sigla em decorrência de divergências insanáveis com o Governador Newton Cardoso, Milton Reis acredita que não haverá uma debandada geral no PMDB. Os casos já consumados, na sua avaliação, são específicos e não refletem a posição da maioria das lideranças peemedebistas. Precavido, Milton Reis tem, entre suas anotações de bolso, os números que expressam, com realidade, o quadro partidário. O PMDB iniciara a Constituinte com 304 Parlamentares, perdeu 26 e poderá ainda ver escapar de suas fileiras outros 15.

— Teríamos ainda 263 parlamentares, o que garantiria, com folga, nossa posição majoritária — raciocina.

A troca de sigla no calor dos debates constitucionais é normal, na opinião de Milton Reis. Ele remonta à Constituinte de 46 para lembrar que Café Filho fora eleito pelo Partido Republicano Trabalhista e, meses depois, se bandeou para o Partido Social Progressista.

Reis refuta a proposta de prorrogação das eleições municipais. Considera as manobras neste sentido uma "conspiração contra a democracia e o programa do PMDB". Para que esta tese defina, por falta de apoios na Constituinte, ele está disposto a lutar a partir de segunda-feira.